



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

01

|     |                        |
|-----|------------------------|
| 2.º | PUBLICADO NO D. 2.º U. |
| C   | De 28/07/94            |
| C   | Rubrica                |

Processo no 10925.001880/91-10

Sessão de : 18 de novembro de 1993  
Recurso no: 89.455  
Recorrente: GILMAR ROBERTO ROMANI  
Recorrida : DRF EM JOAÇABA - SC

ACORDÃO Nº 202-06.201

ITR - Infração não contestada pelo contribuinte.  
Foge à competência deste Conselho o exame de  
inconstitucionalidade de leis tributárias. Recurso  
negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos  
de recurso interposto por GILMAR ROBERTO ROMANI.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo  
Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar  
provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros TERESA CRISTINA  
GONÇALVES PANTOJA, OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA (justificada-  
mente) e JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1993.

HELVIO ESCÓVEDO BARCELLOS - Presidente e Relator

p/GUSTAVO DO AMARAL MARTINS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 10 DEZ 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO  
ROTHE, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO, TARASIO CAMPELO BORGES e  
JOSE CABRAL GAROFANO.

cf/mas/cf-gb



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

02

Processo no 10925.001880/91-10

Recurso no 89.455

Acórdão no 202-06.201

Recorrente GILMAR ROBERTO ROMANI

## R E L A T O R I O

GILMAR ROBERTO ROMANI, através da notificação do ITR/91 (fls. 02), foi intimado a recolher o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, juntamente com os acréscimos cabíveis, no montante de Cr\$ 212.063,51, referente ao imóvel "Fazenda Plácido", cadastrado sob o código 901.369.003.212-8, com área total de 2.652,0ha..

Impugnando o feito a fls. 01, o contribuinte, considerando alta a alíquota aplicada, solicitou a revisão de cálculo do imposto, tendo em vista tratar-se de Área coberta de "mata nativa" destinada a futura industrialização.

A fls. 02/11, a autoridade julgadora de primeira instância indeferiu a impugnação, em decisão assim ementada:

"ITR - IMPOSTO S/A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL.  
Exercício financeiro de 1991.  
2.01.10.10 - BASE CALCULO.

O imposto é calculado com base na terra nua, constante da declaração para cadastro, e não impugnada pelo órgão competente, ou resultante de avaliação, à alíquota correspondente ao número de módulos fiscais do imóvel. Se os contribuintes obrigados ou não-obrigados a prestar declaração anual não utilizarem a faculdade prevista no parágrafo do art. 19 do Decreto nº 84.685/80, efetuar-se o lançamento do tributo com os dados de que se dispuser..

LANÇAMENTO PROCEDENTE."

Em tempo hábil, o interessado apresentou a este Conselho o recurso de fls. 18/26, no qual discorre sobre a constitucionalidade da aplicação da TR como fator de atualização monetária, assim como da aplicação da UFIR no presente feito. Acrescenta, ainda, que não pode prevalecer o lançamento de tributo com base em declarações posteriores do contribuinte.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE<sup>03</sup>

Processo nº 10925.001880/91-10  
Acórdão nº 202-06.201

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS**

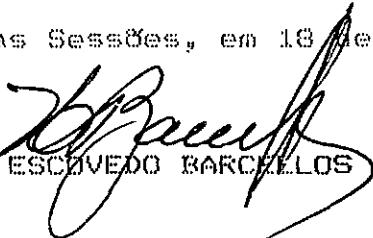
Como se pode observar, o recorrente fundamenta seu recurso nos aspectos da ilegalidade e constitucionalidade das normas que regem a matéria.

Sobre esse aspecto, cumpre-me esclarecer, como já ocorrido em outros recursos apreciados por esta Câmara, que foge à competência deste Colegiado o exame de ilegalidade e/ou constitucionalidade das leis tributárias, atribuição exclusiva do Poder Judiciário.

Quanto ao mérito, o contribuinte não trouxe aos autos quaisquer argumentos ou documentos capazes de infirmar a exigência.

Assim sendo, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1993.

  
HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS